

Reunião da Mesa temática: Serviços Consulares e Regularização Migratória
Ata Final – 16/10/2009
Moderador: Embaixador Eduardo dos Santos

A) Atendimento:

- 1) Sugeriu-se a instalação de call-center (número 0800 e 1800) para aperfeiçoar o atendimento por via telefônica a brasileiros no Brasil e no exterior e oferecer opção ao grande número de brasileiros que não possuem acesso facilitado à internet.
- 2) Sugestão de institucionalizar-se a prática de rotatividade das tarefas, de modo a se evitar a interrupção de serviços específicos em casos de ausência dos titulares de casa setor.
- 3) Foi sugerida a organização, em caráter regular, de cursos de capacitação (inclusive preparo psicológico e emocional) para os funcionários que prestam atendimento aos brasileiros nos Consulados, de modo a garantir tratamento cordial e informado.
- 4) Foi proposta a extensão do horário de atendimento ao público, quando couber, e a realização de programa mais amplo de missões itinerantes.
- 5) Foi solicitada a abertura dos Consulados ao público um domingo por mês, nos países onde houver demanda.
- 6) Representantes do MRE relataram as melhorias já em curso por meio de reformas e mudanças de sede de repartições destinadas a assegurar maior adequação dos espaços físicos destinados ao atendimento a brasileiros.

B) Rede Consular:

- 1) Houve consenso de que a Rede Consular deve estar em permanente expansão. Deve-se adotar o objetivo de instalar Repartições Consulares, em nível a ser decidido, em todas as regiões onde a comunidade de brasileiros supera trinta mil residentes. Manifestou-se reconhecimento ao relevante serviço prestado pelos Consulados Itinerantes, muito embora sua realização não supra em todos os casos a demanda pela existência de uma repartição permanente no local.

Registraram-se diversas manifestações em prol da criação de Repartições Consulares (em nível a ser decidido) em Newark, na Califórnia (adicionalmente às já existentes) bem como nas regiões do sul da França, norte da Espanha e em

Melbourne. Foi notificada a decisão do Governo brasileiro de criar Consulado-Geral em Bruxelas e iniciar Consulados Itinerantes em Luxemburgo.

- 2) Houve consenso quanto à necessidade de se transferir para Amsterdã o Consulado-Geral em Roterdã.
- 3) Sugeriu-se a utilização do Sistema Consular Integrado para levantamento de informações sobre cidade de residência do consulente. Esse mapeamento possibilitaria acompanhar o crescimento das comunidades e verificar a necessidade de criação de novas Repartições para atendê-las

C) Política de Pessoal:

- 1) Foram reiteradas as manifestações quanto à vital importância de expansão dos quadros de agentes consulares nas repartições consulares, para que possam prestar atendimento de qualidade. Nesse sentido, foi feita menção expressa à necessidade de que a Subsecretaria-Geral do Serviço Exterior do MRE (SGEX) atenda às solicitações dos Consulados nesse sentido, as quais refletem as demandas das respectivas comunidades.
- 2) Recomendou-se esforço para a capacitação de Agentes Consulares para atendimento a mulheres em situação de violência ou tráfico de pessoas.

D) Voluntariado:

- 1) Sugeriu-se que as repartições consulares engajem maior número de voluntários das comunidades e que se criem redes de associação para tarefas como o apoio a Consulados Itinerantes e o auxílio ao preenchimento de formulários pela internet a brasileiros da comunidade.
- 2) Foi proposta a formação de forças-tarefa de voluntários para visita a detentos, a exemplo do que já é feito sob a coordenação de alguns Consulados brasileiros.
- 3) Sugeriu-se a realização de mapeamento e reconhecimento, pelos Consulados, das entidades brasileiras no exterior dispostas a prestar-lhes apoio em caráter voluntário.
- 4) Fez-se apelo para que associações de brasileiros apóiem os Consulados na campanha de matrícula consular e regularização da documentação brasileira, ajudando ainda a reduzir o temor dos brasileiros de procurarem o Consulado por medo de serem identificados como imigrantes irregulares e sofrerem repressão da polícia local.

E) Consulados Itinerantes:

- 1) Foi solicitado início ou incremento das atividades, conforme o caso, nos locais com grande concentração de brasileiros.
- 2) Foi recomendada maior coordenação entre as Repartições brasileiras no Suriname e Guiana Francesa, para prestação de auxílio às famílias que circulam nos dois países.
- 3) Solicitou-se que os Consulados Itinerantes sejam realizados em locais públicos e de fácil acesso para a comunidade.

F) Consulados Honorários:

- 1) Foram feitas críticas à nomeação de Cônsules Honorários que não falam português, tendo em vista sua dificuldade de prestação de assistência a brasileiros.

G) Emissão de documentos e vistos:

- 1) Foram discutidas as vantagens do sistema de agendamento do atendimento, associado à emissão de passaportes no mesmo dia.
- 2) Solicitou-se redução do valor cobrado para emissão de passaporte brasileiro (elevado até mesmo em comparação ao europeu) e aumento de sua validade (cinco anos ou, no caso de crianças, de um a dois anos).
- 3) Emitiram-se apelos para que as comunidades desvalidas estejam isentas das taxas cobradas para emissão de documentação brasileira ou então de que recebam auxílio a desvalimento suficiente para custear os referidos emolumentos.
- 4) Foi solicitada a simplificação do procedimento para emissão/legalização de antecedentes penais pelo Departamento de Polícia Federal como requisito pela regularização migratória.
- 5) Foram solicitadas gestões junto ao Departamento de Polícia Federal e à Secretaria de Receita Federal para que os Consulados (e Consulados Itinerantes) estejam habilitados a receber pedidos de carteiras de identidade (RG).
- 6) Encomendaram-se gestões para que os órgãos migratórios e policiais estrangeiros entreguem aos Consulados brasileiros os passaportes nacionais apreendidos.
- 7) Solicitou-se que os formulários de matrícula consular não incluam indagações sobre status migratório.

- 8) Solicitou-se a prestação de informações sobre quando ocorrerá o início da emissão de passaporte no âmbito do Sistema Consular Integrado.

H) Atos Notariais e Legalização de Documentos:

- 1) Reiterou-se pleito de que os registros civis lavrados em Repartições Consulares deixem de necessitar transcrição em cartório de registros no Brasil, mediante, possivelmente, a criação de Cartório de Ofício de Notas do Exterior (Cartório Internacional).
- 2) Solicitou-se especial atenção para facilitar a emissão de registro de nascimento e casamento, inclusive no caso de mudança de gênero.
- 3) Reiterou-se a conveniência de adesão do Brasil à Convenção da Haia sobre a Eliminação do Requisito de Legalização de Documentos Públicos.
- 4) Foi mencionada a importância de que sejam aceitos, pelos Consulados brasileiros, documentos legalizados por advogados de fé pública brasileiros (quando a legislação local lhes der poder de tabelião).

I) Carteira Nacional de Habilitação:

- 1) Foi proposta a celebração de acordo Brasil-Canadá para reconhecimento recíproco de carteiras de habilitação.
- 2) Foi proposta a celebração de acordo Brasil-Reino Unido para reconhecimento recíproco de carteiras de habilitação.
- 3) Foram solicitadas gestões do Governo brasileiro para que governos estrangeiros não retenham o documento original brasileiro apresentado ao receber a carteira de identidade local.
- 4) Divulgação pelos Consulados das leis locais para habilitação de motoristas.

J) Assistência Jurídica:

- 1) Solicitou-se assistência jurídica às brasileiras que desejam registrar seus filhos nos Consulados e não obtém autorização do pai da criança, estrangeiro.
- 2) Reiterou-se a solicitação de previsão de serviço de intérpretes “ad hoc” para o português falado no Brasil em tribunais no exterior (menção específica a França e Guiana Francesa).
- 3) Foi solicitado apoio a famílias separadas em virtude de deportação de parte de

seus membros.

- 4) Foi proposta a publicação no Portal Consular de listas de advogados brasileiros habilitados a exercer a profissão no exterior.

K) Assistência a detentos:

- 1) Sugeriu-se a eliminação das jurisdições consulares no tocante a prestação de informações sobre brasileiros presos às suas famílias.
- 2) Pediram-se gestões do Governo brasileiro para a substituição das detenções por formas de monitoramento eletrônico, tais como a utilização de tornozeleiras eletrônicas naqueles países que oferecem tal possibilidade e em casos onde tal alternativa seja permitida.
- 3) Solicitaram-se gestões dos Consulados para que os brasileiros detidos por questões migratórias não sejam encarcerados juntamente com criminosos comuns.
- 4) Sugeriu-se a ida de advogados e psicólogos nas visitas consulares aos brasileiros detidos.
- 5) Sugeriu-se o engajamento da Ordem dos Advogados do Brasil no apoio aos brasileiros detidos no exterior.

L) Repatriação:

- 1) Foi manifestada a importância de que o Governo brasileiro siga a prática de repatriação de brasileiros desvalidos, inclusive de famílias de brasileiros detidos no exterior enquanto aguardam deportação.
- 2) Fortalecimento de parcerias com organizações como a Organização Internacional para as Migrações, para auxílio nos programas de retorno voluntário de brasileiros.

M) Retorno ao Brasil:

- 1) Mencionou-se a necessidade de instalação de Balcões de Apoio ao Brasileiro Emigrado para a acolhida dos brasileiros em situação de vulnerabilidade retornados em outros aeroportos, além de Guarulhos, Belém e Macapá (já instalados).
- 2) Sugeriu-se a criação de órgão específico para prestação de apoio, no Brasil, aos brasileiros repatriados ou retornados.

N) Questões aduaneiras:

- 1) Foram solicitadas gestões junto à Receita Federal para facilitar doações do exterior para o Brasil.
- 2) Foram solicitadas gestões junto à Receita Federal para que bancos brasileiros possam auxiliar os nacionais residentes no exterior por meio de descontos no Imposto de Renda.
- 3) Solicitou-se que seja divulgada no exterior a legislação brasileira que proíbe o envio de caixas desacompanhadas ao Brasil, ao contrário do divulgado por propagandas enganosas de empresas de courier.

O) Prestação de Informações:

- 1) Sugeriu-se a criação de Centros de Informação ao Cidadão no exterior, que disponibilizem orientação sobre legislação do país de residência em todas as áreas de interesse para a comunidade brasileira.
- 2) Foi solicitada moção junto ao Governo norte-americano de apoio a uma lei abrangente de reforma migratória.
- 3) Sugeriu-se a realização de ciclos de palestras para famílias brasileiras recém-chegadas ao exterior sobre temas de interesse.
- 4) Sugeriu-se maior coordenação entre os jornais brasileiros no exterior e os Consulados, com vistas à prestação de informações de utilidade pública.
- 5) Foi recomendada a distribuição de cartilhas informativas a brasileiros antes de viajarem ao exterior (aeroportos, agências de viagem, entre outros).
- 6) Sugeriu-se elaboração de cartilhas contendo esclarecimentos sobre os serviços que o Consulado pode e não pode prestar, bem como informações úteis referentes à localidade de sua jurisdição.

P) Imigração:

- 1) Foi ressaltada a importância de que o Governo brasileiro se faça presente e organize campanhas de esclarecimento, com relação a programas de regularização migratória, de modo a estimular essa prática e a proteger as comunidades brasileiras de empresas e pessoas de má fé que pretendam intermediar o processo.
- 2) Pleiteou-se a prestação de assistência jurídica aos brasileiros habilitados à regularização migratória nos países de residência (houve menção específica aos brasileiros detidos na Guiana Francesa que preenchem os requisitos para

regularização migratória, estabelecidos pelas próprias leis francesas e ignorados pelas autoridades locais).

- 3) Solicitaram-se ações concretas do Governo brasileiro para combater a discriminação contra nacionais brasileiros (foi mencionado o caso da polícia da Guiana Francesa, cuja atuação repressiva parece concentrar-se na comunidade brasileira.
- 4) Foi ressaltada a importância de que o relacionamento bilateral do Brasil com os países de destino de seus nacionais leve em conta a questão migratória, de modo que as boas relações entre os Estados se estendam ao tratamento a nacionais brasileiros.
- 5) Solicitou-se incluir na agenda da Comissão Transfronteiriça Brasil-França a questão das deportações de brasileiros para localidades distantes de seu lugar de origem.

Q) Comunidades:

- 1) Solicitou-se a reimplantação do Plano Comunidade Brasil em São Francisco e sua expansão pela rede consular brasileira.
- 2) Foram solicitadas ações concretas do Governo do Brasil, para protestar contra a postura de autoridades européias, que perpetuam os estereótipos e promovem, dessa forma, a discriminação contra brasileiros.
- 3) Foi proposto que as Embaixadas do Brasil estendam convite à comunidade brasileira por ocasião das comemorações de data nacional.

R) Conselho de Cidadãos:

- 1) Foram feitas inúmeras solicitações para que os membros dos Conselhos venham a ser escolhidos de forma democrática, possivelmente por eleição direta, e incluam apenas brasileiros.
- 2) Sugeriu-se a ampliação do escopo de atuação do Conselho em prol da assistência aos brasileiros, incluindo campanhas de informação junto à comunidade, com alocação orçamentária.
- 3) Discutiu-se a possibilidade de que os Conselhos possam vir a ser presididos também por membros da comunidade.

S) Conferência Brasileiros no Mundo:

- 1) Solicitou-se a adoção universal de critérios democráticos (pelo voto) para seleção de representantes das comunidades para a Conferência.

Observação:

Itens para a Mesa Temática de Trabalho, Previdência e Saúde:

- Divulgação pelos Consulados de listas de hospitais e clínicas públicos locais que atendem imigrantes
- Divulgação dos seguros de saúde internacionais vendidos no Brasil e aceitos no exterior.